

## PANDEMIA E CRISES GLOBAIS: EXISTEM SAÍDAS PARA OS IMPASSES QUE A HUMANIDADE ATRAVESSA?

*Malditas sejam todas as cercas!  
Malditas todas as propriedades privadas que  
nos privam de viver e de amar!  
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por  
umas poucas mãos, para ampararem cercas e  
bois e fazerem da terra escrava e escravos os  
homens!*  
Pedro Casaldáliga

O lançamento de cada nova edição de nossa revista é sempre um momento auspicioso por distintas razões. Em primeiro lugar, significa ampliar um debate público sobre ideias, críticas e propostas sobre questões sociais e direitos humanos, temas de grande interesse para a sociedade brasileira e latino-americana. Em segundo, por ser a coroação de um esforço de autores – alunos, profissionais e pesquisadores, conselheiros, pareceristas, e editores que durou vários meses, em trocas de ideias, em idas e vindas de artigos, correções, processos de editoração, revisões e, finalmente, a publicação. A todos os colaboradores, reiteramos o nosso agradecimento. Em terceiro lugar, por reconhecer que cada nova edição é uma contribuição para os alunos de graduação e pós-graduação, devido à inclusão de temas presentes nos cursos e nas áreas de concentração e linhas de pesquisas dos Programas de Serviço Social.

Em tempos de redução do direito à educação de qualidade, de menosprezo à ciência, especialmente às ciências humanas e sociais, fato concretizado na contenção do número de bolsas e financiamentos para pesquisa, os artigos desta edição contêm, implícita ou explicitamente, críticas a esse modelo perverso de sociedade, que cultiva a violência, a segregação de segmentos populacionais e o reacionarismo moral; ou seja, que destrói o pouco que se conseguiu do processo civilizatório em curso e apresenta, como desiderato, o retorno da barbárie.

Hoje, entretanto, a alegria e a sensação de dever cumprido, proporcionadas pela publicação desta nova edição da revista Sociedade em Debate, são obscurecidas pela tristeza frente a duas perdas irreparáveis. A primeira delas é o falecimento, em 8 de agosto deste ano, de D. Pedro Casaldáliga. Nascido Pere Casaldáliga i Pla, em 16 de fevereiro de 1928, catalão de Balsarenny, na região de Barcelona, trouxe da Catalunha a marca da perseguição da ditadura franquista. Forjado, na juventude, na revolta contra as injustiças do ditador em sua terra natal, instalou-se no Brasil, em 1968, em uma

região onde o conflito fundiário era, e ainda é, constante e dramático, com assassinatos corriqueiros e onde vive uma população sofrida e desamparada. Em 1971, é sagrado bispo e adotou, como lema pastoral: “Nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar” (MAISONNAVE, 2020). Desde sua chegada aqui, posicionou-se fortemente contra a situação encontrada, defendendo os posseiros e os indígenas. Defensor incansável da reforma agrária contra os latifúndios existentes na região do Araguaia, não apenas em termos discursivos, mas também se empenhou, juntamente com outros bispos que tinham os mesmos ideais, em instituir a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Missionário Indigenista. Seu senso de justiça imperava sobre quaisquer outras regras, o que lhe trouxe várias ameaças de morte, avisos de deportação do Brasil durante a ditadura e uma relação não tranquila com o Papa João Paulo II, em razão das críticas papais às suas ideias de igualdade e justiça, ao apoio à revolta de Chiapas, no México, e à revolução sandinista, na Nicarágua (MAISONNAVE, 2020) e principalmente, porque apoiou e declarou seu amor à revolução total a Cuba (CASALDÁLIGA, 1999). D. Pedro Casaldáliga não retornou à sua terra natal, não reviu a “Rosa d’abril, Morena de la Serra, de Montserrat estel” e repousa agora em São Felix do Araguaia. Nesta edição, deixamos registrado nosso respeito e nossa admiração pelo chamado Bispo do Povo, em razão de sua constante luta contra as desigualdades e suas distintas expressões.

Outra perda foram os mais de 110.000 brasileiros e brasileiras que faleceram pela covid-19 desde o início da pandemia até o mês de agosto. Milhares de mortes poderiam ser evitadas, caso houvesse um empenho do governo federal em coordenar e implementar as ações recomendadas pelos organismos internacionais e nacionais relacionadas à questão sanitária. Segundo os especialistas, a existência de um Sistema Único de Saúde, descentralizado e alcançando todos os 5.570 municípios, com a ênfase na Atenção Básica, via Estratégia Saúde da Família, concorreram para evitar um número maior de mortes nesta pandemia. Nesta edição, expressamos nosso pesar e nos solidarizamos com as famílias enlutadas, que não tiveram nem o consolo dos ritos de despedida de seus mortos devido ao isolamento social.

As perdas acima relatadas, a luta de D. Pedro Casaldáliga e as mortes ocorridas em função da pandemia, nos levam a refletir sobre o contexto atual e as possibilidades de reconstrução de uma sociedade mais justa e que caminhe em busca da emancipação humana.

Embora não possamos dizer que exista algum consenso na humanidade sobre o significado do momento que estamos vivendo, ao menos podemos dizer que existe uma forte tendência à percepção de um “mal-estar” generalizado e uma apreensão globalizada sobre o futuro. Independentemente da matriz ideológica, poucos se arriscam a realizar, com convicção, projeções sobre os próximos períodos. O que distingue as diferentes concepções ideológicas é a avaliação diferenciada sobre o significado da crise, sua profundidade e as formas de sua superação, e até mesmo o que se constitui o que cada um denomina como crise. Assim, a imprevisibilidade sobre o futuro

tende a ser o padrão de percepção. Medo, angústia, preocupações das mais diversas ordens tendem a ocupar um espaço central no comportamento dos homens.

No caso, essa imprevisibilidade e a angústia coletiva não são decorrentes de um único ou poucos fatores, como ocorreu com a reconstrução europeia após a Segunda Guerra Mundial, quando foram criadas agências internacionais para regular os conflitos e adotar e implementar políticas econômicas anticrise. No momento atual, diversos fatores preocupam a humanidade, embora sejam percebidos de forma distinta pelos agentes envolvidos nos debates públicos. É muito difícil estabelecermos uma ordem de prioridade, até porque a intensidade de cada um desses fatores se apresenta de forma diferenciada, tanto em regiões como enquanto pauta relevante para os diferentes atores políticos. Além do mais, cada uma dessas crises não possui um único fator gerador, mas múltiplos elementos presentes no seu interior. Poderíamos listar algumas dessas crises, embora certamente não sejam as únicas.

#### *Um Contexto de Crises Globais*

Sobressai, atualmente, uma série de crises sobre as quais convém fazer uma síntese. Pode-se iniciar com mais uma crise do capital. O capitalismo sempre conviveu com as chamadas crises cíclicas. Marx (2008) percebeu e afirmou que, de tempos em tempos, haveria uma desorganização entre produção e consumo, o que levaria a crises de superprodução, as quais gerariam a necessidade de um rearranjo na economia. O que mudou, da época de Marx a nossos dias, é que os mecanismos de controle dessas crises hoje são mais rápidos. Não há a necessidade de transportar materialmente recursos financeiros de uma região a outra, pois a simples transferência virtual de capital facilita certos arranjos entre nações, evitando que a crise econômica de uma região afete as demais. No entanto, algumas questões novas começam a surgir nessa equação. A globalização econômica faz com que, rapidamente, as crises regionais afetem mais fortemente o mundo inteiro; o processo de concentração de capital torna-se cada vez maior, medido por inúmeros estudos; há o enfraquecimento dos Estados nacionais, que cada vez mais perdem espaço enquanto reguladores de crises, visto o imenso poder econômico e político de grupos transnacionais e, finalmente, a financeirização do capital, que leva a uma volatilização e artificialização das relações econômicas. Portanto, além de essas crises de superprodução acontecerem em intervalos temporais menores, também se tornaram mais complexas. E as medidas para sua superação fazem com que o custo recaia sobre os setores mais pobres e vulneráveis das populações nacionais.

Outra grave crise dos dias atuais é a ambiental. A relação do homem com a natureza só adquiriu importância há pouco tempo, ou seja, no período recente do capitalismo. Até meados do século XX, essa preocupação, quando existia, era marginal. A criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), na década de 1970, talvez tenha alertado que a matriz energética

fundamental, pela qual toda a humanidade estava se orientando – o petróleo –, era um bem escasso, um produto finito. Com essa percepção, os países centrais se voltaram à busca de fontes alternativas de energia. Portanto, temos apenas meio século de preocupação efetiva da humanidade com as questões ambientais. Mesmo assim, à época, ainda era uma preocupação eminentemente econômica, no sentido de como manter o funcionamento da sociedade a partir de alguma outra matriz energética, e não necessariamente uma preocupação com os elementos ambientais presentes no debate do século XXI (desmatamentos, degelos, escassez de água potável etc.). Apenas no final do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, é que essa situação começou a ser timidamente enfrentada enquanto uma questão relevante para a humanidade. Mesmo assim, muitas das iniciativas adotadas geraram, ao invés de uma ação coordenada e solidária, uma intensificação de ações predatórias por parte de grandes grupos econômicos internacionais (privatização das águas, guerras pelo controle de países ricos em petróleo etc.). Mesmo naqueles casos em que as ações tiveram um sentido positivo (estímulo à produção orgânica, incentivos financeiros a quem adotar políticas de sustentação de suas florestas e biomas, entre outros), não estão orientadas no sentido da busca de um bem comum, seja porque emanam de países industrializados, que buscam compensações de suas ações poluentes por meio de países mais pobres, seja porque atingem nichos de mercados para setores mais elitizados economicamente como, por exemplo, os alimentos orgânicos. O degelo dos mares e suas consequências climáticas, a proliferação de novas doenças (algumas que se acreditava estarem extintas) e outras desconhecidas começam a criar um alerta para a humanidade: o reconhecimento de que o problema ambiental não é unicamente uma questão de bem-estar ou mais um elemento econômico a ser explorado, mas a possibilidade de sobrevivência da humanidade.

Identificamos, igualmente, uma crise humanitária. Não podemos afirmar que a solidariedade entre os povos ou que a ideia de uma humanidade sem conflitos estivesse presente no passado. No entanto, com o aumento da competitividade econômica, maior disputa por bens naturais limitados, a incapacidade de os Estados nacionais promoverem a regulação econômica, o descrédito das instituições internacionais (ONU, OMS, etc.) e o aumento do medo e da violência devido à ampliação da indústria bélica, da concentração de renda e da miséria em certas regiões do mundo, está ocorrendo uma expansão significativa de Estados autoritários ou totalitários e uma crise das democracias liberais e aumento do fascismo social (SANTOS, 2006). Surge uma nova modalidade de golpes de Estado, contrariamente ao que estávamos habituados, denominados por Adam Przeworski (2020) de autoritarismo furtivo; ou seja, por meio da via democrática, instaura-se um processo crescente de posições e medidas autoritárias, com reformas incrementais, mantendo uma aparência de legalidade e levadas a efeito por políticos eleitos democraticamente. Para esse mesmo autor, as razões da atual crise da democracia são profundas e só podem ser compreendidas se referidas às condições econômicas, sociais e culturais de cada país afetado.

Há guerras imperialistas com reações também totalitárias (Estado Islâmico); o abandono de certas regiões à sua própria sorte, gerando refugiados no mundo inteiro; o medo (muitas vezes construído artificialmente), ocasionando posturas fascistas por parte de significativos setores em diversas partes do mundo. Essa construção é a base, por sua vez, para governos de viés fascista (Hungria, EUA, Brasil etc.). No contexto mundial, reconhecemos um giro à direita e extrema direita, e o retorno de posições isolacionistas por parte de alguns Estados nacionais. Mesmo blocos econômicos mais consolidados como a União Europeia acusam movimentos separatistas e a recusa aos valores sociais que orientam o bloco por parte de alguns países (Itália, Hungria, Polônia). Esse movimento favorece a ampliação de posições xenofóbicas, com a recusa ao acolhimento da população migrante e ações humanitárias para essa população, acompanhadas de uma visível escalada do racismo.

Coroando as crises mencionadas, temos agora uma pandemia, provocada por um vírus bastante agressivo. Ao longo do tempo, o mundo passou por outras pandemias, bem como epidemias localizadas em algumas regiões do globo. No entanto, já havia certo “conforto” por acreditarmos que o avanço da ciência seria suficiente para evitarmos crises sanitárias, com impactos econômicos, de dimensões globais.

No atual contexto, com o avanço das concepções liberais no mundo e diminuição de recursos públicos para áreas estratégicas, em favor de interesses privados, podemos perceber um refluxo intenso no investimento em saúde, principalmente em alguns países, que reduziram seus sistemas de saúde e de pesquisa científica, permitindo a volta de doenças consideradas extintas, além de servirem de cobaias para grandes indústrias farmacêuticas (vide regiões da África).

O surgimento da covid-19 nos alerta para algumas questões importantes: a necessidade do fortalecimento das pesquisas e do papel dos Estados nacionais como reguladores das ações de proteção à sociedade, visto que o setor privado é incapaz de responder às questões sociais, e a impossibilidade de soluções individuais, ou mesmo de uma ou outra região, pois o combate à crise sanitária dessa envergadura exige a solidariedade como resposta. No entanto, embora isso possa parecer bastante razoável, também identificamos, embora de forma mais ou menos explícita, um movimento de negação da ciência e da própria realidade, seja por questões econômicas, seja por questões ideológicas, propagando a fantasia de que existe um “plano comunista” de conquista do mundo.

Por fim, como um dos resultados deste complexo momento, podemos perceber que, após um período de domínio do pensamento neoliberal, caracterizado também pela chamada “crise das utopias”, identificamos um aumento da polarização ideológica. O momento da “crise das ideologias”, categoria questionável, na medida em que o pensamento liberal também é ideológico, era percebido pela baixa adesão a projetos fascistas, que se acreditava quase que extintos, e pela chamada crise do “socialismo real”, momento da implosão da URSS e derrubada do Muro de Berlim. Foi este o

contexto em que se propagou fortemente o pensamento neoliberal, desconstruindo todo o acúmulo dos programas de bem-estar social pelo mundo, especialmente nos países com economias debilitadas, tais como diminuição da ação dos governos nacionais, cortes orçamentários na questão social, proteção aos interesses do capital, cortes nas políticas de previdência social, desregulamentação trabalhista, etc.

O surgimento da pandemia que estamos vivendo mostrou os limites desse projeto neoliberal, não pela preocupação com a saúde pública, já que esta nunca foi uma preocupação do capital, mas pela crise econômica que paralisou boa parte das atividades econômicas. Isso tende a reorientar o debate sobre o papel do Estado no futuro próximo (CARVALHO, 2020). Ganha relevo o embate ideológico sobre qual saída possível e desejável) para a humanidade. A crise do pensamento liberal permitiu que a defesa do Estado de bem-estar social e/ou outras alternativas, como o socialismo, voltassem ao debate, mas também fortaleceu as alternativas fascistas (com todas as suas variantes), carregando consigo não só a defesa da violência (armamentos, extinção das chamadas minorias) como também o fortalecimento de uma narrativa que, embora não conectada com a realidade, acumula forças políticas (“terrapijanismo”, fake news, anticientificismo, etc.). É nesse jogo de forças que serão construídas as novas condições de sociabilidade para a humanidade.

#### *O Impacto da pandemia sobre a humanidade*

Um debate já colocado é de que forma o atual contexto pandêmico (isolamento, crise econômica, papel do Estado, fascismo social etc.) pode impactar as novas relações societárias no futuro. Duas grandes vertentes, com distintos argumentos e até mesmo diferentes perspectivas teóricas, apontam dois sentidos opostos. De um lado, aqueles que avaliam que o mundo tende a se reconstruir de forma mais solidária, seja pela ação individual pela percepção de que existem valores mais importantes do que as relações de consumo, seja por entenderem a necessidade de um Estado regulador das questões sociais. De outro lado, aqueles que assinalam um acirramento das disputas, seja pela crise econômica ou pelos próprios movimentos das nações para o controle da saúde pública no futuro.

Entendemos que as relações materiais são determinantes para compreendermos o comportamento humano (2008). Portanto, parece-nos que o mundo não sairá da mesma forma como entrou no período da pandemia.

Se é verdade que para um contingente populacional nada mudou, para a imensa maioria das pessoas o medo e a apreensão são fatores presentes em suas vidas. Dessa forma, as condições materiais de vida (ainda não sabemos a amplitude do impacto em nossas vidas), tendem a ser um fator relevante desse “novo normal”. Mas precisamos compreender, igualmente, que o impacto material, em geral, não é suficiente para mudar o rumo dos valores individuais. Os que defendem a

violência e a exclusão continuarão com seus valores, talvez com maior intensidade. E os que defendem a vida e a solidariedade também. Embora as condições concretas de existência interfiram, essas tendem a gerar resultados distintos, seja pela condição de classe, em razão do maior ou menor impacto dessas novas relações, seja pelas concepções que cada um adota. Possivelmente, quem mais irá perder espaço é a concepção liberal (e neoliberal), tanto pela dificuldade de defesa de um Estado mínimo como por ficarem reféns de projetos totalitários se quiserem manter suas concepções (negação do Estado democrático de direito). Portanto, a tendência no próximo período é a de acirramento da disputa ideológica.

Quando falamos em perspectivas para dar conta de construir um novo projeto societário, precisamos pensar em como equacionar os valores de solidariedade, de defesa da vida, de igualdade social e econômica, de respeito à diversidade e à natureza, ou seja, valores com possibilidades de preservar a vida e a continuidade do planeta. Portanto, somente quem conseguir equacionar a defesa desses princípios terá condições de enfrentar um mundo de barbárie que tende a se projetar no futuro, caso não consigamos difundir esses valores de forma significativa na humanidade. Não falamos em barbárie apenas enquanto ameaça à própria sobrevivência do planeta (embora o risco seja real), mas principalmente no aprofundamento de condições de vida em que milhões de pessoas já estão vivendo. O “fim do mundo” é hoje uma condição real, talvez não de forma material (fim da vida), mas na falta de garantia de uma vida com dignidade para a os mais pobres de nossa sociedade.

Como irão perceber, as reflexões acima permeiam os textos desta edição.

Boa leitura!

## Referências

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Declaração de amor a revolução total de Cuba**. São Félix de Araguaia, MT, [1999]. Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/DeclaracaoDeAmor.htm#more>. Acesso em: 20 ago. 2010.

MAISONNAVE, Fabiano. Morre dom Pedro Casaldáliga, o bispo do chapéu de palha que enfrentou latifundiários na Amazônia. **Folha de São Paulo**, 8 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/morre-dom-casaldaliga-o-bispo-do-chapeu-de-palha-que-enfrentou-latifundiarios-na-amazonia.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 317-376.

Renato da Siva Della Vechia  
Vera Maria Ribeiro Nogueira  
Agosto de 2020.

**Renato da Siva Della Vechia**

renato.vechia@ucpel.edu.br

Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas

**Vera Maria Ribeiro Nogueira**

veramrn@gmail.com

Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.